



CEPCT E NUPIER/DPE DEBATEM ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO E PROTEÇÃO AOS POVOS DE TERREIRO

Considerando o acúmulo de denúncias e demandas relacionadas a situações de intolerância e racismo religioso envolvendo povos de terreiro, bem como o processo de construção de uma agenda institucional voltada ao enfrentamento dessas violações no âmbito do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), foi realizada no dia 13 de janeiro de 2026, reunião de articulação com o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUPIER), Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana (FPRMA), Federação Umbandista do Estado do Paraná (FUEP) e a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - (SEMIPI).

O encontro teve como objetivo tratar das situações de intolerância e racismo religioso enfrentadas por povos e comunidades de terreiro, praticantes de religiões de matriz africana, reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais em contextos urbanos. Foram abordadas com preocupação denúncias recorrentes envolvendo abordagens institucionais a terreiros, especialmente notificações e fiscalizações relacionadas à perturbação do sossego, tanto em âmbito de Secretarias municipais, quanto de forças policiais em âmbito estadual, que têm resultado em constrangimentos, restrições ao exercício das práticas religiosas e violações à liberdade de culto, configurando expressões de racismo religioso institucional.

Durante a reunião, lideranças religiosas, representantes do CEPCT, do NUPIER/DPE e da SEMIPI destacaram a necessidade de qualificar a aplicação das legislações vigentes, considerando às especificidades dos povos de terreiro enquanto povos e comunidades tradicionais e, sobretudo, enquanto sujeitos coletivos de direitos, com vistas à superação de desigualdades e de práticas de racismo religioso institucional.

Entre os principais pontos debatidos, destacaram-se:

- A instrumentalização de canais de denúncia para práticas discriminatórias;
- A ausência de protocolos operacionais padronizados e específicos para abordagens a comunidades tradicionais;
- A falta de dados e registros qualificados que identifiquem ocorrências envolvendo terreiros;
- Os impactos subjetivos e comunitários e territoriais das ações estatais sobre o



exercício da liberdade religiosa; e

- As problemáticas relacionadas à exigência de alvarás e licenças incompatíveis com a natureza dos terreiros e de suas práticas religiosas.

Como encaminhamento político-institucional, as organizações participantes pactuaram a publicação conjunta de peça institucional, em alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, celebrado em 21 de janeiro, como instrumento público de denúncia das práticas de racismo religioso enfrentadas por povos e comunidades de terreiro e, simultaneamente, como afirmação de um compromisso coletivo, entre sociedade civil e Estado para o ano de 2026.

O documento expressa a centralidade do enfrentamento ao racismo religioso na agenda do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana, da Federação Umbandista do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, orientando a construção de protocolos institucionais, ações formativas, estratégias de visibilização e políticas públicas voltadas à proteção e garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

O CEPCT reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, da liberdade de crença e do reconhecimento dos povos de terreiro como sujeitos coletivos de direitos, atuando para o avanço na construção de políticas públicas que respeitem a diversidade religiosa e combatam todas as formas de intolerância. A SEMIPI, por meio de sua Diretoria de Povos e Comunidades Tradicionais e seu Núcleo de Apoio aos Conselhos, apoia a ação e promove assessoria técnica ao Conselho.